



INFORMAÇÃO ESCRITA DE REPRESENTANTES

Ano 2019

Atento o disposto do artigo 10º n.º 3 do Regimento, os representantes do Município prestam informação anual dos organismos de que fazem parte

Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal
24 de julho de 2020

Índice

	Página
Ponto 1 - Assembleia Intermunicipal da OesteCIM.....	3 - 17
Ponto 2 - Comissão Alargada da CPCJ.....	19 - 22
Ponto 3 - Comissão Municipal da Defesa da Floresta.....	24 - 26
Ponto 4 - Comissão Municipal de Proteção Civil.....	27
Ponto 5 - Conselho Cinegético de Conservação da Fauna Municipal.....	29
Ponto 6 - Conselho Consultivo dos Agrupamentos de Saúde Oeste Sul.....	31
Ponto 7 - Conselho Municipal da Educação.....	33 - 34
Ponto 8 - Conselho Municipal de Juventude.....	36 - 39
Ponto 9 - Paisagem Protegida das Serras do Socorro e Archeira.....	41 - 42
Ponto 10 - XXIV Congresso da ANMP.....	44 - 46

Ponto 1

Assembleia Intermunicipal da OesteCIM

Representantes: *(informação conjunta)*

José Vale Paulos

Nelson Aniceto

Rita Sammer

Rui Prudêncio

Susana Neves

Relatório sobre a atividade da Assembleia Intermunicipal da OesteCIM

Durante o ano de 2019 a Assembleia Intermunicipal do Oeste reuniu por 2 vezes, ambas em sessões ordinárias nas seguintes datas e com as respetivas ordens de trabalho:

Reunião de dia 16 de abril de 2019

Ordem de Trabalhos:

Ponto 1 – Informações

Ponto 2 – Informação escrita do Presidente do Conselho Intermunicipal da OesteCIM

Ponto 3 – Apresentação, discussão e votação do Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas de 2018 da Comunidade Intermunicipal do Oeste

Ponto 4 – Apresentação, discussão e votação da Revisão orçamental nº 1 de 2019 da Comunidade Intermunicipal do Oeste

Reunião de dia 19 de dezembro de 2019

Ordem de Trabalhos:

Ponto 1 – Informação escrita do Presidente do Conselho Intermunicipal da OesteCIM

Ponto 2 - Apresentação do Relatório da Comissão de Saúde, referente à construção do futuro Hospital do Oeste

Ponto 3 - Informação do ROC sobre a situação Económica e Financeira a 30 de junho de 2019 da Comunidade Intermunicipal do Oeste

Ponto 4 - Aprovação, discussão e votação da Proposta de alteração ao Regulamento Orgânico dos Serviços da Comunidade Intermunicipal do Oeste

Ponto 5 - Apresentação, discussão e votação do Mapa de Pessoal para 2020 da Comunidade Intermunicipal do Oeste

Ponto 6 - Apresentação, discussão e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2020 da Comunidade Intermunicipal do Oeste

Ponto 7 - Apresentação, discussão e votação da Autorização Prévia Genérica para Assunção de Compromissos Plurianuais

Ainda durante o ano de 2019 a Comissão Permanente de Saúde da Assembleia Intermunicipal do Oeste desenvolveu um trabalho de levantamento e avaliação do estado, organização e meios na área da saúde na região Oeste.

Desse trabalho foi elaborado um relatório, aprovado por unanimidade quer na comissão quer na assembleia e que se encontra em anexo a este relatório de atividades.

Os representantes desta Assembleia Municipal na Assembleia Intermunicipal do Oeste

José António do Vale Paulos

Nelson Laureano Oliveira Aniceto

Pedro Miguel de Sousa Nunes Castelo

Rita João de Maya Gomes Sammer

Rui José Prudêncio

Susana Maria Ribeiro das Neves

Relatório da Comissão Permanente de Saúde da OesteCIM

1 - A Comissão

A Comissão Permanente de Saúde da OesteCIM foi constituída no âmbito de uma Moção aprovada em sede de Assembleia Intermunicipal da OesteCIM na sessão de dia 16 de abril de 2019, ao abrigo do ponto 1 do art.º. 26º do Regimento da Assembleia Intermunicipal da OesteCIM, com o objetivo de recolher e analisar elementos sobre a situação e acesso aos cuidados de saúde na região Oeste.

A comissão tomou posse no dia 29 de maio de 2019, sendo constituída por 12 membros, respeitando a seguinte distribuição: um Deputado representante de cada grupo Intermunicipal e pelos Deputados com assento nos diferentes órgãos das unidades de saúde da região Oeste.

- Representante político do PS - Manuel Mendes Nunes
- Representante político do PSD - Ademar Vala Marques
- Representante político da CDU - José António Bombas Amador
- Representante político do CDS-PP - Pedro Miguel de Sousa Nunes Castelo
- Representante político do Grupo Cidadãos Eleitores por Peniche - Carlos Manuel de Sousa Policarpo
- Representante do Conselho Consultivo do CHO - Rui José Prudêncio (PS)
- Representante do Conselho Consultivo do ACES Sul - Susana Maria Ribeiro das Neves (PS)
- Representante do Conselho Consultivo do Hospital de Vila Franca de Xira e do ACES Estuário do Tejo - Filipa Maria Ferreira da Costa Santos (PS)
- Representante da área de influência do ACES Norte - Alberto Manuel de Oliveira Reis Pereira (PSD)
- Representante da área de influência do Hospital de Santo André - Centro Hospitalar de Leiria - Liliana Batista de Sousa (PSD)
- Representante da área de influência do Hospital Beatriz Ângelo - Rui Luís Fernandes Corado (PS)
- Presidente da Comissão Permanente de Saúde - Jorge Gabriel Duarte Catana Monteiro Martins

Foram eleitos por unanimidade, para relator da comissão o Deputado Rui Prudêncio e para presidir à comissão, o Deputado Jorge Gabriel.

2 – Considerandos

Considerando que ao nível da saúde no Oeste, com base nos relatos de utentes e profissionais, as estruturas existentes apresentam graves carências ao nível da acessibilidade e por conseguinte na prestação de cuidados de saúde com a qualidade exigida pelos oestinos;

Considerando que muitas das debilidades enfrentadas hoje pelas estruturas públicas de prestação de cuidados de saúde pública no Oeste, poderiam ser colmatadas por investimentos que poderiam concorrer ao novo quadro de apoio europeu 20/30;

Considerando que o “Plano de Investimentos Públicos 20/30” se encontra em discussão na Assembleia da República;

Considerando que esta Assembleia carece de ter uma visão global das condições de prestação de cuidados de saúde no Oeste;

Considerando que aos poderes centrais têm chegado vários quadros reivindicativos de investimentos na saúde no Oeste, de forma desagregada e casuística;

Considerando que a Comunidade Intermunicipal do Oeste irá ter, com base no quadro legislativo em vigor, novas competências e por isso, a necessidade de dar respostas aos oestinos dessas novas competências;

Considerando que esta Assembleia Intermunicipal do Oeste é quem representa a globalidade da região;

3 – Trabalhos da Comissão

A comissão, no âmbito do desenvolvimento da sua ação reuniu para definir a metodologia a seguir.

Da metodologia adotada, foi solicitado, através de correspondência oficial, a todas as unidades de saúde, Centros Hospitalares e Agrupamentos de Centros de Saúde com

intervenção direta no território da região Oeste, uma reunião com o objetivo de recolher informação sobre as condições e meios de que dispõem para desempenhar as funções que lhes são exigidas e dotar esta Assembleia Intermunicipal de elementos sobre a caracterização da saúde na região Oeste.

3.1 - Com base nas deliberações tomadas, a comissão reuniu:

- Dia 21 de junho de 2019 com o presidente do Conselho de Administração do Hospital Beatriz Ângelo (Loures).
- Dia 27 de junho de 2019 com o Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Leiria, no polo de Alcobaça.
- Dia 28 de junho de 2019 com a diretora do ACES Oeste Norte.
- Dia 2 de julho com a Ministra da Saúde, Dra. Marta Temido. De referir que nesta reunião estiveram presentes um elemento da ARS de Lisboa e Vale do Tejo, do ACSS e da Secretaria de Estado da Saúde.
- Dia 8 de julho com o Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Oeste.
- Dia 18 de Julho com a administração do ACES Estuário do Tejo.
- Dia 29 de Julho com administração ACES Oeste Sul.

De salientar que relativamente ao pedido de audiência com o Conselho de Administração do Hospital de Vila Franca De Xira e após várias insistências, não recebemos até hoje qualquer tipo de resposta.

3.2 - Da análise da informação recolhida nas diferentes unidades de saúde, chegou esta comissão às seguintes evidências:

A região Oeste encontra-se, em termos de acessibilidade aos cuidados de saúde, dividida em 4 centros Hospitalares e em 3 Agrupamentos de Centros de Saúde:

- **Centro Hospitalar de Leira**, com área de influência nos Concelhos de Nazaré e algumas freguesias (norte) de Alcobaça.
- **Centro Hospitalar do Oeste**, com área de influência em algumas freguesias (sul) de Alcobaça e algumas freguesias (norte) de Mafra, concelhos de Caldas da Rainha, Peniche, Óbidos, Bombarral, Lourinhã, Cadaval, Torres Vedras.
- **Hospital Beatriz Ângelo (Loures)**, com área de influência no Concelho do Sobral de Monte Agraço.

- Hospital de Vila Franca de Xira, com área de influência no Concelho de Alenquer e Arruda dos Vinhos.
- ACES Oeste Norte com área de influência nos concelhos de Alcobaça, Nazaré, Caldas da Rainha, Óbidos, Peniche, Bombarral.
- ACES Oeste Sul com área de influência nos concelhos de Lourinhã, Torres Vedras, Cadaval, Sobral de Monte Agraço e Mafra.
- ACES Estuário do Tejo com influência nos concelhos de Arruda dos Vinhos e Alenquer.

No entanto e apesar de estarem referenciadas as áreas de influência de cada unidade de saúde, como resultado de legislação aprovada pelo Governo sobre mobilidade entre unidades de saúde, as populações do Oeste movimentam-se para fora da sua área de referência para receber cuidados de saúde.

Esta divisão, nalguns casos explicada pelas condições de acessibilidade rodoviária ou de transportes, noutros casos por razões de escala das unidades de saúde, resulta na dispersão e enfraquecimento das reivindicações da região em ter melhores cuidados de saúde.

3.3 – Análise das reuniões com as administrações das unidades de saúde e com o Ministério da Saúde

3.3.1 - Hospital Beatriz Ângelo

- Modelo de Gestão com base em Parceria Público-privada
- Assistência a muitos doentes com origem em Torres Vedras, fundamentalmente com relação a partos.
- Cerca de 20% dos seus utentes são de fora da sua área de referência.
- Dificuldades em contratar médicos da área de Anestesia e Obstetrícia
- Consultas de Ortopedia estão a ser marcadas para 2020 e de Oftalmologia para 2021, mas isto resulta da falta de espaço nas instalações para criarem mais gabinetes desta especialidade.

De referir que os utentes do Sobral de Monte Agraço, que são referenciados para este hospital, têm enormes dificuldades em chegar a este hospital, pela existência de uma deficitária rede de transportes públicos para a localização do hospital.

Em anexo temos o quadro do número de utentes, com origem na região oeste, assistidos e que não fazem parte do seu território de referência.

3.3.2 – Centro Hospitalar de Leiria

- Modelo de gestão EPE
- Não tem nenhuma cama em cuidados paliativos. Referem ter concurso aberto para remodelar as antigas salas de cirurgia no polo de Alcobaça para esse efeito.
- Apenas cerca de 50% dos lugares em concursos abertos são supridos
- Dificuldade em recrutar médicos especialistas em Anestesia e Nefrologia.
- Afirmam ser um centro de referência em cuidados Pancreáticos e patologias do Reto.

3.3.3 – Centro Hospitalar do Oeste

- Modelo de Gestão EPE
- Conselho de administração tinha tomado posse há cerca de 10 meses, referiu estar ainda a tomar conhecimento de muitos processos que não estavam conhecidos.
- Nas 3 unidades que compõem este centro hospitalar (Caldas da Rainha, Peniche e Torres Vedras), há instalações muito degradadas e desadequadas às novas complexidades da medicina.
- Intenção de implementar novas valências (cuidados Intensivos, Psiquiatria)
- Falta de espaço é evidente em todas as unidades.
- A renda do Hospital de Torres Vedras é de cerca de 20.000€/mês.
- Os equipamentos estão desatualizados e em final de vida útil. Caso do RX em constantes avarias e aparelho de prova de esforço avariado sem conserto, em Torres Vedras e os equipamentos de Cardiologia nas Caldas da Rainha.
- Carência de recursos humanos aos 3 níveis - Médicos, Enfermeiros e Assistentes Operacionais. Esta situação foi sendo agravada pelo facto de só há pouco tempo este centro hospitalar ter autonomia na contratação de recursos humanos, com a passagem a EPE. Deste facto resulta não só a respetiva carência, mas também o grande envelhecimento do quadro atual.

- Existe um plano de investimentos no valor de 25 milhões de euros a aguardar autorização do Ministério das Finanças, assim com do aumento do capital social em mais 17 milhões de euros.
- Os partos passaram de 2.700 ano, à data da agregação das unidades de partos de Torres Vedras e Caldas da Rainha, para 1.200/ano.
- Dificuldades acrescidas na gestão das Urgências, quer pela criação de equipas quer pelos custos, pelo facto de existirem duas Urgências Médico-Cirúrgicas, situadas uma em Torres Vedras e outra nas Caldas da Rainha e uma Urgência Básica em Peniche.

Dos projetos que o conselho de administração pretende implementar, constam os seguintes:

- Criar uma unidade de Internamento Psiquiátrico em Peniche
- Requalificar as unidades de Urgência e cuidados intermédios em Torres Vedras e Caldas da Rainha
- Criar unidade de Cuidados Intensivos
- Criar Laboratório de Anatomia Patológica

De referir que a premência da construção de um novo hospital no Oeste, é acolhida com muito empenho por este conselho de administração.

3.3.4 – ACES Oeste Norte

- Entraram mais 11 médicos
- Ficheiros de utentes desatualizados
- Têm duas unidades de modelo B, com médicos muito perto da reforma
- Sistema Informático com muitas falhas de acesso

A relação com o CHO é um trabalho em construção, com boa relação

A caraterização desta unidade encontra-se em anexo

3.3.5 – ACES Oeste Sul

- Faltam Médicos, Assistentes Técnicos e Operacionais.
- Foram supridas, no último concurso, 10 vagas medicas.
- Instalações são piores em Torres Vedras.
- Sistema informático com muitas falhas
- Dificuldades em gerir listas de utentes por local de residência

A caraterização desta unidade encontra-se em anexo

3.3.6 – ACES Estuário do Tejo

- Foram supridas 17 vagas médicas, das 19 postas a concurso
- Infraestruturas desadequadas e envelhecidas
- Relação com Hospital de Vila Franca é boa e o facto de o hospital ter uma gestão Público-privada não limita em nada a articulação com o ACES
- Evidencia preocupações ao nível das extensões nas aldeias

3.3.7 – Ministério da Saúde

- Reconhece a falta de médicos no Sul, muito explicado pela forte aposta de formação de médicos no norte do país
- Estão em formação cerca de 800 médicos
- Sistema Informático é um problema, por ter sido desenvolvido em etapas e não de forma integrado. Situação que está a ser resolvida
- Reconhece a falta de capital estatutário do CHO, estando a aguardar dotação de mais 12 milhões de euros, por parte do Ministério das Finanças
- Tendo sido reconhecido, em comparação com a rede hospitalar do SNS, o estado calamitoso em que se encontram as infraestruturas é necessário a construção de um novo Hospital no Oeste, aproveitando possíveis fundos do novo quadro comunitário

- Até lá não se pode abandonar o que existe nem deixar degradar, continuando o esforço de investimento no atual CHO.

4 – Caracterização do Centro Hospitalar do Oeste

Da análise que a Comissão efetuou e da evidência da referenciação da maioria da população do Oeste a este hospital, resulta que o CHO é, sem dúvida, um elemento central para a saúde dos oestinos. Esta realidade justifica um enquadramento da situação do mesmo:

O Centro Hospitalar do Oeste (CHOeste), entidade do Sector Público Administrativo (SPA), foi criado através da Portaria nº276/2012 de 12 de Setembro, assumindo a categoria de centro hospitalar generalista, integrando o **Centro Hospitalar de Torres Vedras** (constituído pelo Hospital Distrital de Torres Vedras e pelo Hospital José Maria Antunes Júnior, antigo Sanatório do Barro), pelo **Centro Hospitalar Oeste Norte**, que agrupava o antigo Centro Hospitalar de Caldas da Rainha (constituído pelo Hospital Distrital das Caldas da Rainha e pelo Hospital Termal D. Rainha Leonor), pelo **Hospital São Pedro Gonçalves Telmo** de Peniche e pelo **Hospital Bernardino Lopes de Oliveira** de Alcobaça.

Entretanto e na sequência da criação do CHOeste, o Hospital Bernardino de Oliveira viria a passar para a égide do Centro Hospitalar de Leiria, EPE (Dec. Lei nº 116/2013 de 9 de agosto). Por seu turno, o Hospital Dr. José Maria Antunes Júnior, viria a ser desativado em 2015, enquanto que em janeiro de 2016, o Hospital Termal Rainha D. Leonor passou para a esfera da responsabilidade da Câmara Municipal das Caldas da Rainha.

Todo o conjunto de infraestruturas que compõem o CHOeste, encontra-se implantado numa vasta área e com uma assinalável dispersão geográfica.

No âmbito do Serviço Nacional de Saúde (SNS), o CHOeste encontra-se integrado na Região Oeste e a sua área de cobertura insere-se no âmbito da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, sendo que de acordo com a atual nomenclatura de Unidades Territoriais para fins Estatísticos (NUTS) pertence ao grupo III-Oeste.

O CHOeste assegura hoje a prestação de cuidados de saúde à população da sua área de influência em diversas especialidades médicas e cirúrgicas, distribuídas pelas três unidades hospitalares que o compõem (Torres Vedras, Caldas da Rainha e Peniche), assegurando ainda duas unidades de urgências médico-cirúrgica (Torres vedras e Caldas da Rainha), uma urgência básica (Peniche), duas urgências pediátricas (Torres Vedras e Caldas da Rainha) e uma urgência obstétrica/ginecológica (Caldas da Rainha).

A oferta de cuidados de internamento encontra-se assegurada de acordo com o quadro seguinte.

Quadro 1: Perfis de Oferta Assistencial ao nível do Internamento

Especialidade	Lotação do CHOeste / Média mensal		
	Caldas da Rainha	Torres Vedras	Penafiel
Cirurgia Geral	20	43	-
Gastroenterologia	3	-	-
Ginecologia	13	-	-
Medicina Interna	33	69	27
Neonatologia	10	-	-
Obstetria	27	-	-
Ortopedia	-	38	-
Otorrinolaringologia	2	2	-
Pediatria Médica e Cirúrgica	15	6	-
Pneumologia	-	18	-
Urologia	-	3	-
Lotação Total (329)	123	179	27

Área de Influência

A atual área de influência do CHOeste é o resultado da reconfiguração a que se assistiu a partir de 2013.

A norte, com a transferência do Hospital de Alcobaça para a esfera de atuação do Centro Hospitalar de Leiria e com a subtração do concelho da Nazaré e da maioria das freguesias do concelho de Alcobaça, com exceção das freguesias de São Martinho do Porto, de Alfeizerão e da Benedita, o CHOeste reduziu em 56.494 o número de residentes, o que correspondeu a um decréscimo de 16,2%.

A sul, na antiga área de influência do Centro Hospitalar de Torres Vedras, esta redução foi ainda acentuada. Com efeito, com abertura do Hospital Beatriz Ângelo em Loures, em 2012, o CHTV viu reduzida a sua área de influência em 33.527 habitantes, com a passagem do concelho de Sobral de Monte Agraço e de quatro freguesias do conselho de Mafra (Malveira, Milharado, santo Estevão das Galés e Venda do Pinheiro) para a esfera desta nova unidade hospitalar.

Esta realidade traduziu-se num decréscimo total de 90.021 habitantes em apenas dois anos, o que corresponde a uma variação percentual negativa de 23,5% na área de influência dos anteriores centros hospitalares que deram origem ao CHOeste.

De referir que estes números têm como base os censos de 2012.

Especialidades/Valências

O CHOeste dispõe de um conjunto diversificado de serviços de prestação de cuidados de saúde divididos por especialidades e dispersas pelas três unidades que o compõem.

Quadro4: Especialidades / Valências

CONSULTAS EXTERNAS		INTERNAIMENTO
<i>Especialidades Médicas:</i>	<i>Especialidades Não Médicas:</i>	Berçário
Anestesiologia	Enfermagem:	Cirurgia Geral
Auto-Imunes/Med.	Antitabágica	Gastroenterologia
Cardiologia	Anestesia/Inquéritos	Ginecologia
Cessação Tabágica	Cirurgia/Estimoterapia	Medicina Interna
Cirurgia da Mama (Senologia)	Diabetes/Pé Diabético/Podologia	Neonatologia
Cirurgia Geral	Ginecologia/Obstetrícia	Obstetrícia
Cirurgia Oncológica	Hipocoagulação/Cardiologia	Ortopedia
Cons. da Gravidez Indesejada	Imuno-alergologia	Otorrinolaringologia
Cons. Do Viajante	Medicina do Trabalho	Pediatria
Dermatologia	Ortopedia	Pneumologia
Desenvolvimento da Criança - Pediatria	Pediatria	Urologia
Diabetologia/Med.	Podologia	
Doenças Inflam. do Intestino/Gastro	Rastreio Auditivo/Neonatologia	BLOCO OPERATÓRIO
Dor	Saúde Mental	Cirurgia Geral
Fisiatria	Técnicos Superiores:	Dermatologia
Fisiatria / Desenvolvimento	Dietética- Dietistas	Ginecologia
Gastroenterologia	Órbitica/Rastreio - Oftalmologia	Obstetrícia
Ginecologia	Psicologia - Psicólogos	Oftalmologia
Hepatologia/Gastro	Psicomotricidade - Desenvolvimento	Ortopedia
Hipertensão Arterial/Med.		Otorrinolaringologia
Imuno-alergologia	NOB	Urologia
Imuno-depressão/Med.	Anestesiologia	
Imuno-hemoterapia	Cardiologia	HOSPITAL DE DIA
Inferilidade	Dermatologia	Auto-Imunes
Medicina do Trabalho	Desenvolvimento	Dermatologia
Medicina Interna	Fisiatria	Gastroenterologia
Neonatologia - Rastreio	Gastroenterologia	Imuno-hemoterapia
Neurologia	Ginecologia/Obstetrícia	Neurologia
Neurologia Pediátrica	Imagiologia	Oncologia
Obstetrícia	Imuno-alergologia	Pediatria
Oftalmologia	Imuno-hemoterapia	Psiquiatria
Oncologia/Med.	Neurologia	
Ortopedia	Oftalmologia	URGÊNCIAS
Otorrinolaringologia	Ortopedia	<i>Urgência Básica</i>
Pediatria	Otorrinolaringologia	<i>Urgências Médico/Cirúrgicas:</i>
Pneumologia	Patologia Clínica	Geral
Proctologia/Gastro	Pneumologia	Obstétrica/Ginecológica
Psiquiatria e Saúde Mental	Psicologia	Pediátrica
Seguro	Psiquiatria	SO Geral
Uroginecologia	Terapia da Fala	SO Pediatria
Urologia	Terapia Ocupacional	
	Urologia	UNIVERSO
		BLOCO DEPARTOS
		SERVICO DOMICILIÁRIO

Dificuldades evidenciadas

É de realçar que este CA tomou posse apenas em setembro de 2018, não tendo por esse facto ainda realizado um levantamento exaustivo das carências e dificuldades estratégicas que o CHO e em particular o Hospital de Torres Vedras apresenta.

O impacto do problema estrutural do CHOeste, resultante da dispersão dos recursos em três unidades hospitalares em conjunto com a grave carência de recursos humanos (médicos, enfermeiros e auxiliares), reflete-se ao nível da atividade assistencial, como fatores negativos.

Este facto afeta também a unidade de Torres Vedras.

Das 25 vagas abertas apenas 8 foram preenchidas, ficando desta forma estabelecido que o grau de atratividade do CHO é muito baixo.

As especialidades mais difíceis de preenchimento de vagas são a Anestesiologia, Obstetrícia, Medicina interna, Ortopedia e as valências da Urgência.

A dificuldade em recrutamento de médicos deve-se à sua escassez por especialidade e por o Hospital de Torres Vedras não ter a diferenciação necessária para atrair estes especialistas, sendo que ao nível da Anestesiologia, a situação prende-se com a inexistência de um serviço de Cuidados intensivos, que iria permitir o desenvolvimento de carreira desses profissionais e subsequentemente a sua atratividade.

Questões como a certificação de serviços e de falta de espaço físico para se promover a criação de espaços para abertura de novas valências e a criação de diferenciação dos serviços, foram também relatadas pelo CA.

Foi referido também que o capital social do CHO (7 milhões de euros) apenas pode ser utilizado para pagar dívidas e que cerca de 27 milhões de euros do total da dívida é dívida ao estado.

Relativamente aos valores muito preocupantes de redução drástica de consultas, resulta de o Hospital de Torres Vedras ter tido o problema da Legionella na área da Ortopedia, sendo a não realização dessas consultas as responsáveis por esse decréscimo.

De referir que o financiamento para a remodelação das urgências em Torres Vedras já foi aprovado.

Relativamente à Farmácia foi nos dito que nada estava decidido relativamente à sua localização e que se pretende reativá-la o mais breve possível.

Estratégias de resolução

O Conselho de Administração apontou algumas medidas que pretende implementar, no sentido de resolver algumas situações e mitigar outras:

- Abertura de vagas para médicos, enfermeiros e assistentes operacionais
- Aquisição de equipamento médico, para substituir o obsoleto
- Aquisição de equipamento hoteleiro (camas, colchões, vestuário)
- Criar uma unidade diferenciada de Psiquiatria em Peniche
- Trazer o Laboratório de Patologia (que está a funcionar em Santa Maria)
- Criação de uma unidade de cuidados intermédios
- Criação do hospital domiciliário
- Iniciar o processo de criação de uma Unidade de Cuidados Intensivos
- Iniciar as obras na Urgência de Torres Vedras

Relativamente à atividade assistencial podemos ver o quadro em anexo.

5 - Conclusões

De referir que todas as conclusões e propostas foram deliberadas de forma unânime.

- O facto de as Populações da região Oeste terem os seus cuidados de saúde prestados por diferentes unidades de saúde com gestão independente, dificulta a integração e a uniformidade da prestação desses cuidados, provocando, situações de injustiça, gritante, na qualidade e no acesso à prestação desses cuidados.

- A pouca diferenciação do CHO é fator impeditivo da atração de médicos. Nesse sentido é urgente criar condições para uma maior diferenciação nos cuidados médicos no CHO.

- É imperativo e urgente criar condições de formação em especialidades médicas, de novos médicos na região Oeste, por forma a incentivar a sua fixação futura nesta região.

- É necessário reforçar as respostas ao nível da saúde mental na região Oeste.

- É necessário criar respostas às necessidades de cuidados continuados e paliativos na região Oeste.

- É imperativo incrementar as respostas ao nível dos cuidados primários, quer em termos de recursos humanos, quer em termos de infraestruturas.

- Face à total desadequação e degradação das unidades que compõem o CHO, é urgente a construção de um novo Hospital na região Oeste.
- Até à construção do novo hospital, é urgente continuar a investir no existente, por forma a não deixar a degradação, já hoje evidenciada, instalar-se como uma fatalidade sem remédio. Está em causa a prestação de cuidados de saúde a uma população de cerca de 362.000 pessoas.
- Não temos dúvidas, à data de hoje, que as iniciativas levadas a cabo por esta Comissão, foram agregadoras em termos de instituições da região Oeste, existindo hoje um movimento unísono por parte dos decisores políticos da região, o que levou à implementação de algumas ações por parte do Governo no sentido de encontrar respostas para os problemas que a saúde no Oeste enfrenta.
- Vemos com agrado a constituição, no início de agosto de 2019, do grupo de trabalho que deverá iniciar o estudo sobre o novo Hospital do Oeste a ser implementado, numa parceria entre a OesteCim, ARS Lisboa e Vale do Tejo e o Centro Hospitalar do Oeste.
- Vemos igualmente com agrado que algumas questões de gestão do dia a dia do CHO vão sendo acolhidas por parte da tutela, com maior celeridade, permitindo ir resolvendo algumas questões de equipamentos que iam ficando esquecidas.
- Não obstante estes sinais positivos, que queremos que se consubstanciem em algo de concreto num curto espaço de tempo, a Comissão Permanente de Saúde da Assembleia Intermunicipal do Oeste não pode ignorar a notória degradação da qualidade dos cuidados de saúde prestados na região Oeste, em especial no CHO, e continuará a exigir medidas ao Ministério da Saúde para contrariar a falta de profissionais de saúde e a decadência de algumas das suas unidades e a obsolescência de alguns dos seus equipamentos.
- A tutela tem de encontrar uma solução para a falta de médicos de família, que nos últimos meses e já depois das audições, se voltou a agravar em alguns concelhos do Oeste.
- O reconhecimento do CHO como um dos piores hospitais, ao nível das infraestruturas, do Serviço Nacional de Saúde tem de ter consequências práticas, designadamente o efetivo investimento nas unidades que o compõem e a construção de um novo Hospital que dê aos oestinos a saúde que merecem.

Caldas da Rainha, 11 de dezembro de 2019.

Os Membros da Comissão Permanente de Saúde da Assembleia Intermunicipal do Oeste

Ponto 2

Comissão Alargada da Comissão de
e Jovens Proteção de Crianças e Jovens

Representantes:

Ana Fiéis

Ana Paula Mota

Paulo Valentim

Ana Fiéis

Deputada Municipal

Cidadã eleitora designada pela Assembleia Municipal

Exmo Senhor

Presidente da Assembleia Municipal

Dr José Augusto Carvalho

Assunto: Informação sobre a atividade da Comissão Alargada da CPCJ de Torres Vedras.

Data: 04.05.2020.

Em resposta à prezada solicitação de informação sucinta respeitante ao ano de 2019 da Comissão Alargada de Proteção de Crianças e Jovens de Torres Vedras, sou a informar:

O ano de 2019 caracterizou-se por ser um ano de maior estabilidade da Comissão Alargada, face ao ano de 2018, quer no que respeita à sua composição, como à frequência de reunião.

As reuniões realizaram-se com uma frequência mensal, sendo feita com regularidade a análise do movimento processual e das problemáticas associadas.

Registou-se um aumento do número de casos face ao período homólogo do ano anterior, com especial incidência na problemática da violência doméstica, o que tem vindo a ser acompanhado e debatido nas reuniões da modalidade alargada, com vista ao seu contributo para uma melhor intervenção da Comissão.

Foram realizadas mais duas sessões de esclarecimento e informação “O que é e o que faz a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Torres Vedras”, em colaboração com as Juntas de Freguesia de Campelos e Outeiro da Cabeça e Silveira, em que a signatária esteve presente como oradora, com o objetivo da divulgação, junto da população envolvida com o meio escolar, do papel que cada um pode ter na proteção das crianças e jovens e sobre o funcionamento prático da Comissão.

Tem a modalidade alargada feito um esforço, que se regista, para dar um contributo no sentido de encontrar estratégias e ações que permitam uma melhoria continua da atividade da Comissão em prol das crianças e jovens do nosso concelho.

Com os meus melhores cumprimentos,

Ana Fiéis

Informação solicitada pelo sra. Marília Ferreira, pelo email de dia 30 de abril, com o assunto:

Comissão Alargada de Proteção de Crianças e Jovens de Torres Vedras

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Torres Vedras, dr. José Augusto Carvalho,

Tendo sido designado representante da Assembleia Municipal de Torres Vedras na Comissão Alargada da Comissão de Proteção e Crianças e Jovens de Torres Vedras informo:

- Estive presente nas 9 reuniões da Comissão Alargada ao longo do ano de 2019;
- Verificaram-se algumas alterações na composição da Comissão Restrita e Alargada, quer por limite de tempo de permanência, quer por consequência da nomeação de novos representantes e de cidadão eleitores designados;
- O relatório anual continua a ter uma evolução na sua composição e apresentação, o que permite uma melhor compreensão e demonstração do trabalho desenvolvido;
- Estive envolvido em grupos de trabalho dos quais destaco a realização da 2ª caminhada da CPCJ para todos os membros da Comissão Alargada, embora não tenha tido muita adesão por diversos motivos, e participação no Oeste Infantil.
- Adesão ao projeto Adélia.
- Continua em elaboração o Plano de Diagnóstico ao funcionamento e problemáticas detetadas na CPCJ de Torres Vedras com vista a uma melhor definição das Ações de futuros planos de atividades.

Do relatório anual de 2019 destaco:

- Reuniões da modalidade alargada tiveram uma periodicidade mensal, exceto nos meses de julho e agosto;
- Disponibilização de novo material informático por parte da CMTV;
- Aumento de sinalizações, em especial da faixa etária com mais de 14 anos;

- Entidades mais sinalizadoras: Autoridade policial, estabelecimentos de ensino e Ministério Público;
- Problemática mais sinalizada com um aumento bastante significativo: a ECPCBED (Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança) - Violência Doméstica;
- O tempo médio que vai deste a instauração do processo até à tomada de decisão (aplicação de medida – definitiva ou cautelar – ou arquivamento) diminuiu. Em média são necessários **2,55 meses** para tomada de uma decisão para os processos novos e **3,27 meses** para os processos reabertos.
- Verificou-se um aumento significativo na aplicação de medidas cautelares.

Sem mais assunto,

Torres Vedras, 4 de maio de 2020

Paulo Valentim

Relatório-síntese da representação da Assembleia Municipal de Torres Vedras em 2019

(de acordo com o disposto no artigo 10.º, n.º 3 alínea b) do Regimento da Assembleia Municipal)

Representação: Comissão Municipal de Defesa da Floresta

Data:2019

Durante o ano de 2019 foram realizadas seis reuniões da Comissão Municipal de Defesa da Floresta no Centro Ambiental de Torres Vedras, nas seguintes datas:

21 de fevereiro
31 de janeiro
06 de março
27 de maio
08 de julho
20 de setembro
13 e dezembro

Nas reuniões foram emitidos 18 pareceres no âmbito do artigo nº 16, do decreto-lei nº 124/2006 de 28 de junho.

Durante as reuniões foram apresentados diversos temas relacionados com a temática da Defesa da floresta, nomeadamente:

- Plataforma do Sistema de Informação dos Sapadores Florestais;
- Apresentação do Relatório Semestral e Anual da Equipa de Sapadores 2019;
- Apresentação de Programa de Ação da Equipa de Sapadores para 2020;
- Elaboração do Plano Operacional Municipal 201;9
- Apresentação do acompanhamento da Operação Floresta Segura 2019, desenvolvida pela GNR-GIPS, nas freguesias prioritárias de Ramalhal, UF Maxial e Monte Redondo e UF Campelos e Outeiro da Cabeça;
- Apresentação de informações técnicas;
- Apresentação do Projeto “Aldeias Seguras Pessoas Seguras”, em 12 aldeias das freguesias de Ramalhal, União de Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça e União de Freguesias de Maxial e Monte Redondo;
- Apresentação das Sessões de esclarecimento nas Juntas de Freguesias, para a população sobre a execução das FGC e realização de queimas e queimadas;
- Apresentação e esclarecimentos sobre a utilização da plataforma do ICNF, para o registo de queimas e queimadas, com a GNR e BVTV, para funcionários das Juntas de Freguesia e do Município.

Natalina Luís | Presidente da União das Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça

Representante da Assembleia Municipal na Comissão Municipal de Defesa da Floresta

Ponto 3

Defesa Comissão Municipal da Defesa da Floresta

Representantes:

- Presidente da Junta Freguesia de Campelos e Outeiro da Cabeça
Natalina Luís
 - Presidente da Junta Freguesia de Carvoeira e Carmões
Nuno Pinto
 - Presidente da Junta Freguesia do Maxial e Monte Redondo
Celso Carvalho
 - Presidente da Junta Freguesia do Ramalhal
António Espírito Santo
 - Presidente da Junta Freguesia do Turcifal
João Carlos Caldeira
-
-

Junta da Freguesia do Ramalhal

Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

Relatório Síntese do Ano de 2019

- 1º A Junta da Freguesia do Ramalhal, participou em todas as reuniões da Comissão, intervindo sempre que necessário nos temas em discussão, bem como apresentando situações, por si consideradas relevantes.
- 2º Em colaboração com o (GTF) Gabinete Técnico Florestal, foi realizada no ano de 2019, uma sessão de esclarecimento nas nossas instalações sobre esta matéria.
- 3º No Largo Principal do Ramalhal realizou-se uma parada com – Forças da G.N.R e GIPS, não só com o objetivo de identificar os terrenos que não cumpriam os requisitos da Lei, mas também promover esta causa de grande importância.
- 4º Participamos nas Sessões do Projeto “ Aldeia Segura”, e indicamos os nossos representantes para o mesmo.
- 5º Estivemos sempre disponíveis através da aplicação do “ICNF”, para ajudar a população a declarar a intenção de proceder a queimas e queimadas.
- 6º Relativamente às dúvidas, sobre o distanciamento e manutenção das faixas de gestão, servimos de ponte entre a população, o GTF e as Forças da Ordem, para que as citadas faixas fossem cumpridas, e assim, também a Lei.

Ramalhal, 29 de junho de 2020

Presidente da Junta de Freguesia

(António Joaquim do Espírito Santo)





Balanço das Atividades desenvolvidas pelo CMDF e GTF 2019



Comissão Municipal de Defesa da Floresta

- Realização de 6 reuniões da CMDF (apresentações e atas em anexo)
- Balanço dos Incêndios registados em 2019 (anexo apresentação 31/01/2020)
- Emissão de 18 pareceres no âmbito do artigo nº 16, do decreto-lei nº 124/2006 de 28 de junho

Gabinete Técnico Florestal

- Coordenação e acompanhamento da Equipa de Sapadores Florestais
- Atualização da plataforma do Sistema de Informação dos Sapadores Florestais
- Elaboração do Relatório Semestral, semestral, 3º Trimestre e Anual da Equipa de Sapadores 2019
- Elaboração de Programa de Ação da Equipa de Sapadores para 2020
- Atualização da plataforma do SGIF com a monitorização trimestral das atividades de DFCl e sensibilização
- Elaboração do Plano Operacional Municipal 2019
- Elaboração de Candidatura de Financiamento do GTF
- Acompanhamento da Operação Floresta Segura 2019, desenvolvida pela GNR-GIPS, nas freguesias prioritárias de Ramalhal, UF Maxial e Monte Redondo e UF Campelos e Outeiro da Cabeça
- Auditoria da APCER ao GTF no âmbito da ISO 9001:2015.
- Elaboração de Reports Quinzenais, para o CDOS, sobre a implementação das FGC nas freguesias prioritárias
- Curso de Fogo Controlado
- Elaboração de 162 informações técnicas
- Instrução de 46 processos para limpeza de terrenos no âmbito do Edital Municipal nº 75/2003 e 3 participações por incumprimento das notificações
- Acompanhamento de voluntários e realização de atividades do LIFE Preparatório – VOLUNTEER ESCAPES for Natura 2000
- Manutenção de 7 troços dos rios Sizandro e Alcabrichel, no âmbito do projeto "Ruivaco do Oeste – Gestão Ativa da Espécie e do Ecossistema" – Visitas Técnicas, pesca elétrica, colocação de tutores nas árvores e silvicultura de manutenção
- Implementação do Projeto "Aldeias Seguras Pessoas Seguras", em 12 aldeias das freguesias de Ramalhal, União de Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça e União de Freguesias de Maxial e Monte Redondo
- Sessão de sensibilização "Importância da Floresta" – 200 alunos – 8º ano
- Elaboração de Plano de rearboreização dos terrenos municipais com ocupação florestal - reconversão das áreas de eucalipto por espécies autóctones (10 ha)
- Elaboração um Programa municipal de promoção da floresta autóctone – "Floresta nas Linhas 20.30"
- Identificação, monitorização e eliminação de ninhos de Vespa Velutina (Asiática) no concelho. Localidades identificadas (Boavista – Silveira, Ameal, Ermegeira, Varatojo e Casais Larana)
- 14 Sessões de esclarecimento nas Juntas de Freguesias, para a população sobre a execução das FGC e realização de queimas e queimadas
- 1 Sessão de Esclarecimento com empreiteiros e prestadores de serviços sobre a execução das FGC, cuidados na utilização de maquinaria, e realização de queimas e queimadas

- Realização de 2 sessões de capacitação e esclarecimento sobre a utilização da plataforma do ICNF, para o registo de queimas e queimadas, com a GNR e BVTV, para funcionários das Juntas de Freguesia e do Município
- Publicação de 8000 folhetos e 200 cartazes.
- FGC 2019 - Edificações isoladas em espaço rural (50 m) e Aglomerados populacionais (100 m): Levantamentos de Campo, Notificações, Verificações de Campo, Esclarecimentos de Campo, Colocação de Avisos para limpezas coercivas, Execução Coerciva de FGC
- Execução de FGC Rede Viária Municipal (10m) - Prioritariamente Freg. Ramalhal e UF Maxial e Monte Redondo e outros locais prioritários, através de ajuste direto para execução de 64 ha e com a Brigada de Sapadores Florestais da CIM Oeste (3 semanas em junho e dezembro): Desmatação, Abate de árvores, Secagem dos cepos de eucaliptos, Recolha da madeira
- Acompanhamento de várias ocorrências resultantes da passagem da tempestade "Elsa" pelo Concelho de Torres Vedras
- Organização Comemoração do Dia da Árvore / Dia Mundial da Floresta (20 a 30 de março), com a participação de 1000 munícipes e entidades, 2237 plantas distribuídas, 100 árvores e arbustos plantados, 19.000m²
- Organização da 10ª edição da Reflorestação Nacional (15 a 30 de novembro), com a participação de 1400 munícipes e entidades, 967 árvores plantadas em propriedades municipais, 2000 árvores e arbustos na zona dunar, cedência de 7225 árvores a munícipes, Apresentação da Equipa de Sapadores e demonstração prática na Escola Profissional Agrícola Fernando Barros Leal, Sessão de Esclarecimento / Workshop Vespa Velutina (Vespa Asiática) (85 participantes), Visitas aos Viveiros Municipais e Merendas do Acordeão.
- Abate e desramação de árvores em risco de queda
- Limpeza moto-manual e com destroçador de terrenos municipais/espacos Públicos
- Vigilância móvel e primeira intervenção para os incêndios
- Fogo Controlado e Queima de sobrantes de corte

Torres Vedras, 6 de julho 2020

João Carlos Caldeira

Ponto 4

Proteção Comissão Municipal de Proteção Civil

Representante:

- Presidente da Junta de Freguesia de Maxial e Monte Redondo
Celso Carvalho

Ponto 5

Conselho Cinegético de Conservação da Fauna Municipal

Representante:

- Presidente da Junta de Freguesia do Turcifal
João Carlos Caldeira

Informação respeitante ao ano de 2019 no Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal

Reuniu o Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal, no dia 15 de julho de 2019, no Centro Ambiental em Torres Vedras.

Foi deliberada a recomendação a todas as associações de caçadores, de a época de caça se iniciar a 13 de outubro e em período até às 13 horas, de forma a uniformizar a jornada de caça em todo o concelho.

No âmbito do programa SOS Coelho, a Oeste Caça junto das associações de caçadores, desenvolve a recolha de cadáveres, assim como fígado e coração de coelhos caçados, encaminhamento estes para análise por forma a controlar a evolução da febre hemorrágica viral, que muito afeta a comunidade do coelho.

Foi decidido convidar o ICNF, para reunir com as associações, para que estas possam transmitir as suas preocupações.

Em relação ao elevado crescimento da população de Javali, que nos últimos tempos se tem verificado, foi aconselhado às associações, que promovam esperas e batidas de forma a que se possa controlar o crescimento desta espécie no nosso concelho.

João Carlos Caldeira

Ponto 6

Conselho Consultivo dos Agrupamentos de Saúde Oeste Sul

Representante:

José Augusto Carvalho

Núcleo de Apoio (Para acesso a documentação complementar contactar o Núcleo de Apoio)

Conselho da Comunidade – ACES Oeste Sul

O representante da assembleia Municipal no Conselho da Comunidade do ACES Oeste Sul foi eleito na sessão ordinária de 27 de fevereiro de 2018, para o mandato 2017/2021.

No ano de 2019 as atividades do Conselho limitaram-se à realização de 2 reuniões, tendo a primeira ocorrido a 26 de junho e a segunda a 26 de julho.

Para uma consulta detalhada dos assuntos tratados nas referidas reuniões poderão solicitar ao núcleo de apoio à Assembleia Municipal a disponibilização dos seguintes documentos:

- Reunião do Município de Torres Vedras, Torres Vedras, 26-07-2019 - 35 páginas e
- 9ª Reunião do Conselho da Comunidade, Lourinhã, 26-07-2019 - 40 páginas

Torres Vedras 14 de março de 2020



(José Augusto Carvalho)

Ponto 7

da Educação Conselho Municipal da Educação

Presidente da Assembleia Municipal:

José Augusto Carvalho

e

Representante:

- P. Junta são Pedro da Cadeira

Carlos Gomes

Conselho Municipal de Educação

No ano de 2019, no dia 27 de março, pelas 15h, na escola EB da Coutada, teve lugar a única reunião deste Conselho de que tive conhecimento.

Por e-mail desse mesmo dia informei que não podia comparecer por motivo imponderável de ordem familiar.

Pelo mesmo e-mail, solicitei que me fosse dada oportunidade de subscrever o termo de posse, sem que, até ao momento presente tenha sido convocado para o efeito.

Torres Vedras, 14 de março de 2020

O presidente da Assembleia Municipal

(José Augusto Carvalho)

Exm^o Senhor Presidente da Assembleia Municipal Dr. José Augusto

Envio de informação sobre a atividade do concelho municipal de educação do ano 2019, que foi realizada apenas uma vez na freguesia de S. Pedro da Cadeira na EB1 de Coutada com a seguinte ordem de trabalhos.

Reunião Conselho Municipal Educação

27/03/2019 – EB da Coutada

Ordem de Trabalho:

Período antes da Ordem do Dia

Ponto n.º 1 – Projeto Erasmus+ “Moving and Learning Outside”

Ponto n.º 2 – Descentralização de Competências

Ponto n.º 3 – Salas de Aula do Futuro

Ponto n.º 4 – Visita às obras da futura Escola Básica de S. Pedro da Cadeira

- Aprovação da ata anterior

- Sr. Presidente da Assembleia Municipal sugeriu aditar uma norma ao regulamento do Conselho Municipal de Educação para poder delegar na sua secretária.

- Prof. Ana Isabel fez uma caracterização da escola e dos alunos da EB da Coutada.

- Dr. Eduarda do IPDJ deu os parabéns ao município pelo PSAE (Programa de Sustentabilidade Alimentar)

- Ponto 1 – Rodrigo Ramalho apresentou uma explicação sobre o que é o projeto e as atividades que estão a ser desenvolvidas no concelho, cujo objetivo é promover a prática “outdoor” através do jogo.

- Ponto 2 – O município aguarda o mapa dos valores a serem transferidos e a avaliação das escolas do concelho de modo a pode aceitar ou não a transferência de competências.

- Ponto 3 – é um projeto que foi incluído numa candidatura do Aluno ao Centro, sendo salas equipadas a nível tecnológico. Serão 8 salas de aula, 4 nas sedes dos agrupamentos e 4 nos centros educativos.

- Ponto 4 – visita dos presentes à obra do CE de S. Pedro da Cadeira

Presidente da Junta de Freguesia de s. Pedro da Cadeira

Carlos Gomes

Ponto 8

le Juventude Conselho Municipal de Juventude

Representantes:

- João Pedro Gomes
 - Marta Galdes
 - Paulo Valentim
 - Teresa Oliveira
-
-
-

Informação solicitada pelo sra. Marília Ferreira, pelo email de dia 30 de abril, com o assunto: Conselho Municipal de Juventude

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Torres Vedras, dr. José Augusto Carvalho,

Tendo sido designado representante da Assembleia Municipal de Torres Vedras no Conselho Municipal da Juventude informo:

- Foram realizadas três reuniões ordinárias, das quais estive presente em duas.
- Na reunião ordinária do Conselho Municipal da Juventude, no dia 20 de março de 2019, que decorreu no Auditório dos Paços do Concelho, sob a presidência da Vereadora Ana Umbelino. Destaco o balanço das sessões de participação juvenil realizadas pelas freguesias, nas quais os participantes identificaram diversas problemáticas que afetam os jovens. Foi dada a informação da criação da Assembleia Municipal Jovem e do Orçamento Participativo Jovem.
- Na reunião ordinária do Conselho Municipal da Juventude, no dia 30 de outubro de 2019, que decorreu na sede do Académico Torres Vedras, sob a presidência da Vereadora Ana Umbelino foram solicitadas contribuições para o plano de ação de 2020.
- Propus a realização de uma atividade para o Plano Ação de 2020.

Sem mais assunto,

Torres Vedras, 04 de maio de 2020

Paulo Valentim

INFORMAÇÃO RELATIVA À ATIVIDADE DO CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE DE TORRES VEDRAS

ANO DE 2019

Deputada pelo Partido Comunista Português na Assembleia Municipal de Torres Vedras e representante, eleita, desta Assembleia no Conselho Municipal de Juventude de Torres Vedras (CMJTV), é nesta qualidade, e de acordo com o *Artigo 10º, ponto 3 b)* do Regimento da Assembleia Municipal de Torres Vedras, que presto informação escrita relativa à atividade do referido organismo no ano de 2019.

1. Notas prévias

O CMJTV constituiu, em 2016, uma Comissão Permanente à qual compete coordenar as iniciativas do CMJ e organizar as suas atividades externas.

O Plano de Ação de 2019 do CMJTV consta de um biénio que teve início em outubro de 2018.

2. As atividades de 2019

Durante o ano de 2019 foram realizadas três reuniões do Conselho Municipal de Juventude, nas seguintes datas: 20 de março, 2 de julho e 30 de outubro.

O Plano de Ação do CMJTV, à semelhança do anterior está dividido em quatro eixos de ação:

- Ambiente;
- Cidadania, Participação Cívica e Voluntariado;
- Tempos Livres, Cultura e Desporto;
- Educação, Formação e Emprego.

Para a sua prossecução constituíram-se grupos de trabalho para dinamizar e acompanhar as 6 ações previstas no plano, os quais são reforçados pelo acompanhamento da equipa técnica da Câmara Municipal de Torres Vedras.

3. Foram propostas a de 6 ações no âmbito dos quatro eixos:

Ação 1 - “Climathon 2018” (Ambiente) concretizada no último trimestre, de acordo com o plano de 2018/2019;

Ação 2 - Sessões de Participação Juvenil (Cidadania, Participação Cívica e Voluntariado).

Objetivo: Incentivar os jovens à participação cívica e exercício da cidadania e a aproximação do Município à população jovem através do contacto no terreno.

Nas freguesias Ramalhal, Freiria, Ventosa, Ponte do Rol, Turcifal e Runa/Dois Portos não foram realizadas as sessões por falta de participantes. Nas restantes freguesias realizou-se uma sessão em cada uma delas, tendo a participação total de 98 jovens.

É relevante assinalar que, a falta de transportes públicos, horários inadequados, necessidade de reestruturação da rede de transportes (melhorar o acesso nas periferias da cidade de Torres Vedras e nas restantes freguesias, alargando o acesso aos diferentes lugares das freguesias e o próprio acesso à cidade) numa lista de problemáticas identificadas pelos jovens, esta encontrar-se em primeiro lugar.

Ação 3 – Política contada aos jovens (Cidadania, Participação Cívica e Voluntariado).

Objetivo: Fomentar nos jovens o exercício de cidadania ativa e participação política responsável.

Realizaram-se 2 sessões, uma no dia 25 de março, na Escola Secundária Madeira Torres, com ao tema “Eleições Europeias. Cidadania e participação política dos jovens” e outra no dia 27 de abril, no Espaço Primavera – Centro Municipal da Juventude com o tema “Quo vadis Europa?”. Na totalidade, estas duas sessões tiveram a participação de cerca 110 jovens, com idades entre os 16 e 18 anos.

Uma vez que integro este grupo de trabalho, tenho uma opinião relativamente à concretização das sessões. Penso que esta ação 3 poderá ser mais valorizada se for promovida durante o ano letivo nas escolas secundárias, para grupos de uma a duas turmas.

Motivo do meu parecer:

- *Porque nas escolas haverá sempre público (uma vez que decorre em tempo letivo);*
- *Uma a duas turmas no máximo a participarem, para que o grupo não seja demasiado grande, pois a maioria dos jovens são muito inibidos em grupos que não se conhecem e têm muitas reservas em se exporem. Assim, se o grupo for pequeno será mais fácil colocarem dúvidas e questões, tendo uma participação mais ativa, que é isso que se pretende.*

Ação 4 – Voluntariado Jovem (Cidadania, Participação Cívica e Voluntariado)

Objetivo: Fomentar uma cultura de trabalho em rede entre associações que desenvolvam trabalho com e para jovem; promover o aumento da participação cívica dos jovens.

A ação decorreu durante o mês de agosto e foi integrada no projeto criado pela Câmara Municipal de Torres Vedras "Faz Parte – Torres Vedras" para jovens do concelho entre os 12 e 25 anos. Contou com a participação de 36 jovens que prestaram o seu trabalho voluntário, durante 15 dias numa das 14 entidades promotoras do concelho.

Ação 5 – Passa o testemunho (Educação, Formação e Emprego)

Objetivo: Promover o prosseguimento de estudos; partilhar estratégias para ultrapassar dificuldades no percurso formativo e pessoal; potencia a construção de um projeto de vida.

Ação não realizada - Área de Juventude deu esta ação como anulada visto nunca ter recebido qualquer contributo adicional dos seus membros, nem envolvimento na possível implementação da mesma.

Ação 6 - Oeste Jovem 2019

Ação não realizada - Organização a cargo da Comunidade Intermunicipal do Oeste, onde estariam envolvidos jovens dos 12 municípios.

O evento decorria entre setembro e outubro de 2019, contudo, apesar de todos os contributos do Conselho Municipal de Juventude e a Área de Juventude da Câmara Municipal de Torres Vedras, a CIM Oeste não contactou o Município de Torres Vedras para que fosse realizado qualquer evento.

Torres Vedras, 3 de julho de 2020

A Deputada Municipal do Partido Comunista Português

Teresa Oliveira

Ponto 9

s Serras Paisagem Protegida das Serras do eira Socorro e Archeira

Representante:

- Rui Lopes

Para acesso a documentação complementar contactar o Núcleo de Apoio)

REUNIÕES

Em 2019 foram realizadas duas reuniões ordinárias dos Órgãos de Gestão da PPLSSA no Centro Interpretativo, sito no Largo da Juventude, Cadriceira.

No dia 4 de junho de 2019 realizou-se a 11.ª Reunião, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Abertura da Reunião;
2. Aprovação da ata da reunião anterior;
3. Aprovação do Código de ética e conduta dos órgãos de gestão;
4. Balanço das atividades realizadas em 2019 até à presente data;
5. Dinamização do Centro Interpretativo da PPLSSA;
6. Programa Floresta Autóctone;
7. Outros assuntos.

Da reunião importa salientar o resumo do trabalho de recolha de dados associados aos indicadores do Observatório da Paisagem, a aprovação do código de ética e conduta dos órgãos de gestão e a apresentação do programa “Floresta autóctone” pela Eng.ª Filipa Araújo.

No dia 11 de dezembro de 2019 realizou-se a 12.ª Reunião, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Abertura da Reunião;
2. Aprovação da ata da reunião anterior;
3. Balanço das atividades realizadas em 2019;
4. Plano de atividades de 2020;
5. Outros assuntos.

Destaque, para o balanço das atividades realizadas em 2019, a nova dinâmica do Centro Interpretativo com horário de funcionamento alargado aos fins-de-semana e para os temas abordados pela Professora Doutora Maria do Rosário Oliveira sobre a Conclusão do Livro - “Paisagens que nos protegem: PPLSSA – 10 anos de Vida” e a proposta de plano de gestão da PPLSSA.

AÇÕES

Durante 2019 foram recebidos cerca de 520 visitantes no Centro Interpretativo da PPLSSA. As visitas de turistas foram residuais, pelo que a maioria dos visitantes provieram de atividades desenvolvidas no Centro Interpretativo pela autarquia ou por entidades externas. O auditório foi reservado e cedido por 16 vezes ao longo do ano. Na Loja de Produtos Locais foram vendidos 49 produtos com uma faturação correspondente a 323,70€ (euros).

A Comissão Diretiva emitiu 16 autorizações para a realização de atividades desportivas, recreativas e lazer ao longo do ano de 2019.

Foram realizadas 60 visitas de campo para fiscalização e recolha de dados no âmbito da monitorização do território segundo os indicadores estabelecidos no Observatório da Paisagem.

Foi realizado um Relatório de Monitorização de 2019 pelo Observatório de Paisagem da PPLSSA, esta que é uma estrutura de apoio à área protegida local, nomeadamente nas dimensões do conhecimento da paisagem e do território, da sua gestão, da educação, da participação pública, da avaliação e da dinamização cultural e económica desta paisagem de Torres Vedras. À semelhança de outros observatórios de paisagem na Europa, esta estrutura pretende ser um importantes contributo para a implementação de políticas públicas como a Política Nacional de Arquitetura e Paisagem (Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2015, de 7 de julho) ou de outros compromissos internacionais como a Convenção Europeia da Paisagem (Decreto n.º 4/2005, de 14 de fevereiro), como iniciativas essenciais à recolha e troca de informação e ao estabelecimento de protocolos e parcerias entre as instituições públicas e as comunidades locais.

BALANÇO

A PPLSSA foi distinguida em 2019 como um destino sustentável a nível mundial através da integração no TOP 100 de Destinos Sustentáveis, promovidos pela organização Green Destinations e anunciados em cerimónia que decorreu em Mali Losinj (Croácia). Estes prémios reconhecem o esforço efetuado em torno da promoção de práticas relacionadas com a sustentabilidade e o turismo responsável.

No âmbito da candidatura ao Prémio Nacional de Paisagem 2018 e na sequência da atribuição de uma Menção Especial à PPLSSA foi publicada, em outubro de 2019 pela Direção-Geral do Território, uma súmula dos projetos concorrentes à segunda edição deste prémio, que decorreu entre setembro de 2018 e janeiro de 2019.

São remetidos em anexo 3 documentos relativos à PPLSSA, e às suas atividades, no ano de 2019, nomeadamente, o Relatório Anual de Atividades de 2019, o Relatório de Monitorização de 2019, e a Ata da 11.ª Reunião Ordinária do Órgão de Gestão – Comissão Diretiva e Conselho Consultivo – PPLSSA, para um esclarecimento pormenorizado das atividades e ações levadas a cabo ao longo de 2019. Realça-se o facto de ainda não ter sido aprovada a Ata da 12.ª Reunião Ordinária do Órgão de Gestão, dado o contexto de pandemia provocada pela COVID-19, que ainda não permitiu a realização de nova reunião.

Todas as informações prestadas constam nos documentos anexos à informação.

Ponto 10

Associação Congresso Nacional da Associação
Portuguesa Nacional de Municípios Portugueses

Presidente da Assembleia Municipal:

José Augusto Carvalho

e

Representante:

- P. Junta Campelos e Outeiro da Cabeça

Natalina Luis

XXIV Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses

Nos termos do n.º 2 do artigo 6º dos Estatutos da ANMP, cada município associado é representado por três delegados, o presidente da Câmara Municipal, o presidente da Assembleia Municipal e, no caso concreto do Município de Torres Vedras, a presidente de junta de Campelos e Outeiro da Cabeça, Natalina Luís, eleita pela Assembleia Municipal para o efeito.

Os encontros promovidos pela ANMP são bianuais e entre os dias 29 e 30 de novembro de 2019, decorreu, em Vila Real, o XXIV congresso desta associação subordinado ao tema "Descentralizar, reorganizar, melhor Portugal".

No final dos trabalhos foi aprovada uma resolução onde se assume que as alterações climáticas são uma preocupação universal e que os municípios estão empenhados em tornar os seus territórios mais sustentáveis.

Torres Vedras 14 de março de 2020

O presidente da Assembleia Municipal



(José Augusto Carvalho)

Relatório-síntese da representação da Assembleia Municipal de Torres Vedras em 2019

(de acordo com o disposto no artigo 10.º, n.º 3 alínea b) do Regimento da Assembleia Municipal)

Representação: XXIV Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses

Data: 29 e 30 de novembro e 2019

Local: Vila Real

Tema do Congresso: Descentralizar, regionalizar, melhor Portugal

1. No primeiro dia, após a acreditação dos congressistas e a sessão de abertura foi apresentado e discutido o relatório de atividades da Associação Nacional de Municípios e parecer do conselho fiscal.

Foi apresentado o seguinte tema:

- a) Organização do Estado, apresentado por Isilda Gomes, Presidente da Câmara Municipal de Portimão e Vice-presidente do Conselho Diretivo da ANMP.

Seguiram-se comunicações de vários congressistas.

2. No segundo dia do Congresso foram apresentados os seguintes temas:

- a) Modelo de desenvolvimento do país apresentado por Alfredo Monteiro, Presidente da Assembleia Municipal do Seixal e Vice-presidente do Conselho Diretivo da ANMP;

- b) Financiamento local, apresentado por Ribau Esteves, Presidente da Câmara Municipal de Aveiro e Vice-presidente do Conselho Diretivo da ANMP.

Foram apresentadas comunicações de vários congressistas, entre elas, saliento a comunicação do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras, Carlos Bernardes. Na sua comunicação o Presidente Carlos Bernardes alertou para a situação de emergência climática em que nos encontramos, referindo que Portugal será um dos países da União Europeia mais afetado pelos efeitos das alterações climáticas. Incitou os seus congéneres a assumir que os municípios são determinantes na adaptação e mitigação das alterações climáticas,

salientando a importância do conhecimento do território para uma intervenção local que torne os territórios mais resilientes e, ao mesmo tempo, que contribua para moderar ou evitar danos e explorar oportunidades resultantes do cenário de alterações climáticas uma vez que o desenvolvimento económico não se fará sem adaptação e mitigação. Lembrou as diversas iniciativas nacionais e internacionais em que os municípios estão já envolvidos - o Pacto dos Autarcas para o Clima e Energia, o Compromisso com os Objetivos Desenvolvimento Sustentável 2030 das Nações Unidas, a rede Adapt.Local, o Carbon Disclosure Project, entre outros e salientou que é evidente o empenho dos municípios portugueses em se posicionarem como atores-chave no processo de adaptação e mitigação das alterações climáticas. Terminou a sua intervenção referindo que é essencial que o novo ciclo de financiamento comunitário para combate às alterações climáticas seja dotado de um envelope financeiro substancial, que permita a execução de projetos relevantes a nível local.

- c) Foram apresentadas e votadas as resoluções do XXIV Congresso
O Congresso da ANMP aprovou uma resolução na qual assume que as alterações climáticas são uma preocupação universal e que os municípios estão empenhados em participar no combate às alterações climáticas e em tornar os seus territórios mais sustentáveis.

- d) A sessão de encerramento do Congresso contou com os discursos:

Ricardo Gonçalves, Presidente da Mesa do Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses;

Manuel Machado, Presidente do Conselho Diretivo da Associação Nacional de Municípios;

António Costa, Primeiro Ministro.

Natalina Luís | Presidente da União das Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça
Representante da Assembleia Municipal de Torres Vedras no XXIV Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses